



Entre o pan-africanismo e o *African Renaissance*: A busca pelo desenvolvimento em um mundo em transformação

Anselmo Otávioⁱ • Novembro de 2013

Resumo:

O artigo em referência objetiva analisar os dois principais programas voltados ao desenvolvimento surgidos no continente africano, no caso, o Lagos Plan Action, e a New Partnership for Africa's Development. Feito isso, buscaremos concluir que as divergências existentes nestas iniciativas simbolizam a passagem do pan-africanismo para o African Renaissance.

Palavras-chave: Desenvolvimento - Lagos Plan Action - New Partnership for Africa's Development.

Abstract:

The reference article aims to analyze the two main programs for African development, in case the Lagos Action Plan, and the New Partnership for Africa's Development. That done, we will try to conclude that the differences in these initiatives symbolize the passage from Pan-Africanism to African Renaissance.

Keywords: Development - Lagos Plan Action - New Partnership for Africa's Development.

O fim do subdesenvolvimento e de todas as suas mazelas pode ser considerado como um dos principais desafios ao continente africano¹. De fato, desde a década de 1960 até os dias atuais, o anseio em alcançar o desenvolvimento vem representando “uma interrogação para os pesquisadores, observadores políticos, jornalistas e sociedade civil” (Diallo, 2011). Reflexo desta preocupação encontra-se nas duas principais soluções africanas voltadas a esta questão, no caso o Lagos plan of action for the economic development of Africa 1980-2000 – comumente apresentado como Lagos Plan Action (LPA) - e a New Economic Partnership for Africa’s Development (NEPAD). Surgido em 1981, e focado na busca em acabar com a dependência existente entre os países africanos e as potências ocidentais, o LPA trazia como diagnóstico a crença de que o fracasso africano em garantir o desenvolvimento era fruto de um passado marcado pela colonização, pela escravidão, pelo racismo, pela exploração, entre outras características do imperialismo europeu na

África. Embora não discordando do impacto que o imperialismo europeu gerou na economia africana, a NEPAD acredita que o fim do subdesenvolvimento encontra-se relacionada a uma possível parceria, na qual os países africanos se adequariam a globalização e seus condicionantes, e, como resposta a tal aceitação, os países industrializados aceitariam investir e garantir o acesso de produtos advindos da África em seus mercados.

Nesse sentido, mesmo pautados na busca em levar o continente africano ao desenvolvimento, tanto um quanto o outro programa se diferem acerca dos meios para alcançar tal fim. É baseado nestas disparidades que o artigo em questão objetiva analisar as principais características de cada iniciativa, buscando concluir que as divergências existentes nas dinâmicas entre a LPA e a NEPAD com os países desenvolvidos, em verdade, simbolizam a passagem do Pan-africanismo para o African Renaissance.

O Pós-2 Guerra Mundial e a expansão do Pan-africanismo no continente africano: o desenvolvimento pela contestação

O fim da 2ª Guerra Mundial apresentou ao mundo uma Europa destruída. Tanto os países derrotados, como Itália e Alemanha, quanto os vitoriosos, no caso, Inglaterra e França, entravam na segunda metade do século XX enfraquecidos e em declínio (Kennedy, 1989). De modo geral, o surgimento do mundo dividido entre

¹ De modo geral é possível encontrarmos diversos autores que buscaram debater acerca do conceito de subdesenvolvimento. Para o propósito deste artigo, considera-se países subdesenvolvidos aqueles cuja situação econômica, em geral, caracteriza-se por “baixa renda per capita, grande dependência da exportação de um número reduzido de produtos primários, altos índices de desemprego e subemprego, subconsumo acentuado, índice de poupança reduzido e concentrado e altas taxas de natalidade e mortalidade” (Sandroni, 1999, p. 443).

Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), somado à falta de capacidade por parte das grandes potências européias em se manterem fortalecidas no pós-2ª Guerra Mundial (Hobsbawm, 1995), tornavam-se fatores importantes no processo de desintegração dos antigos impérios europeus no continente asiático e, com destaque neste trabalho, no africano.

Se por um lado, as conseqüências da 2ª Guerra Mundial simbolizavam o declínio das potências do velho mundo e, conseqüentemente, a fragilidade destas em manter seus impérios na África, por outro, o avanço do pan-africanismo pelo continente africano passava a ser um fator dinamizador nos processos de independência. Surgido no continente americano entre os séculos XVIII e XIX e, inicialmente voltado ao fim da escravidão, o movimento pan-africanista tornou-se cada vez mais relevante na África a partir da primeira metade do século XX (Chanaiwa & Kodjo, 2010). Conforme análise desenvolvida por Chanaiwa e Asante (2010), é possível compreendermos o pan-africanismo em três fases distintas no continente africano.

A primeira refere-se ao período de 1935 até 1957, quando grande parte do território africano ainda pertencia às potências europeias. É durante esta fase que ocorre o quinto congresso pan-africanista, este sediado na cidade de Manchester, Inglaterra, cuja notoriedade não apenas encontra-se relacionada à preponderância no número de representantes africanos participan-

tes, mas também porque em sua realização foram estabelecidos pontos como a luta pela revogação de leis racistas e discriminatórias, a abolição do trabalho forçado, a garantia do direito ao voto – bem como da igualdade de salários e da assistência médica a todos os cidadãos – e a emancipação e total independência das colônias existentes no continente (Chanaiwa & Kodjo, 2010).

Tais pontos foram relevantes ao nortear a atuação dos movimentos de libertação durante a segunda fase indicada por Chanaiwa e Asante (2010), na qual o pan-africanismo esteve atrelado à intensificação dos processos de independência existentes no continente. Reflexo disso pode ser encontrado durante a primeira metade da década de 1960, em que a África passou de 26 em 1960, para 33 países independentes, em 1964. Inclusive, foi durante este período que a busca em criar uma estrutura política voltada a romper com qualquer forma de dominação herdada do imperialismo europeu passou a ser debatida.

Em linhas gerais, este debate foi marcado por duas vertentes existentes no movimento pan-africanista acerca do modelo que esta estrutura deveria seguir. A primeira refere-se ao chamado Grupo de Casablanca, este formado por países como Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia, o governo exilado da Argélia, Gana, entre outros membros que concordavam com a idéia de construir o chamado Estados Unidos da África, com foco na planificação e centralização do

desenvolvimento econômico e na criação de um sistema de segurança voltado para o continente². Diferentemente desta perspectiva, o Grupo de Monróvia, este composto por Nigéria, Etiópia, Libéria, Serra Leoa, entre outros, acreditava em um modelo cuja soberania, integridade territorial, gerência dos assuntos internos e independência dos Estados se tornavam pontos que não deveriam ser alterados, ou seja, essa estrutura não deveria ser pautada na criação dos Estados Unidos da África, e sim em uma espécie de confederação entre Estados (Chanaiwa & Asante, 2010). De modo geral, durante a Cúpula de chefes de Estados africanos ocorrida em 1963, na cidade de Addis-Abeba, Etiópia, pode-se considerar que a visão defendida pelo Grupo de Monróvia foi preponderante, esta consubstanciada com a aprovação da Organization of African Unity Charter (OAU Charter), documento que criava a Organização da Unidade Africana (OUA), esta voltada à continuidade na luta pela libertação completa das últimas colônias existentes no con-

tinente, mas que ressaltava a autodeterminação dos povos, os ideais de liberdade, justiça e igualdade, o respeito aos direitos humanos e a preservação e o respeito à soberania dos Estados³.

Por fim, a última fase indicada por Chanaiwa e Asante (2010) acerca do pan-africanismo, teve início durante a década de 1970 e trazia como objetivo encontrar soluções que levassem a África ao desenvolvimento. De certo modo, ao acompanharmos a década de 1960, enquanto havia o aumento do número de países independentes no continente, este mesmo período foi marcado pela dificuldade destes em romper com o subdesenvolvimento. Discutindo acerca disso, Bujra (2004) indica que o período entre 1960 e 1975 foi marcado pelo baixo crescimento no setor agrícola, média de 1,6%, no setor manufatureiro, 6%, e nas exportações em gerais, cuja média foi de 2,8%. Complementando este contexto econômico, ao longo da década de 1970, a África apresentou baixos índices na produtividade e no crescimento industrial, e, referente a dívida externa dos países subsaaria-

² De acordo com Chanaiwa e Kodjo (2010, p.900), “Na história do pan- africanismo, como movimento de libertação, o período entre 1950- 1965 foi dominado pela figura de Kwame Nkrumah. Através de suas declarações, da sua ação e do seu exemplo, Nkrumah mobilizou, em favor da causa pan- africana, os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos Estados independentes. Segundo ele, como declarou na noite da conquista da soberania pelo seu país, a independência de Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano.”

³ “Os seguintes trinta Estados estavam nela representados (as denominações são aquelas da época): Argélia, Burundi, Camarões, Congo-Brazzaville, Congo-Leopoldville [atual República Democrática do Congo], Costa do Marfim, Dahomey [atual Benin], Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Alto-Volta [atual Benin], Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida [composto por Egito e Líbia], República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanganyika [atual Tanzânia], Tchade, Tunísia.” (Chanaiwa & Kodjo, 2010, p.903)

nos, o que se viu foi o aumento de 6 para 32 bilhões de dólares entre 1970 e 1979 (Chanaiwa & Asante, 2010).

Na interpretação pan-africanista, os índices acima indicados refletiam a relação de dependência e desequilíbrio existente entre os países africanos - cujas exportações eram marcadas pelo predomínio dos produtos primários e as importações de bens manufaturados - e os países ocidentais, estes que eram os principais consumidores de tais produtos e exportadores destes bens (Chinweizu, 2010). Portanto, este terceiro momento do pan-africanismo objetivava dar continuidade ao processo de independência dos países africanos, agora não apenas restrito ao âmbito político, mas também voltado à necessidade em romper com esta dependência econômica.

É baseado nesta finalidade que em 1980 o Lagos Plan Action (LPA) foi criado. Dividido em capítulos que abarcam assuntos relacionados à agricultura, indústria, recursos naturais, ciência e tecnologia, transportes e comunicações, comércio e finanças, meio-ambiente, entre outros (LPA, 1980), o LPA pode ser considerado como a consubstanciação dos anseios e das interpretações desta terceira fase do pan-africanismo indicada por Chanaiwa e Asante (2010). Tal constatação ocorre visto que se por um lado o mau-desempenho africano no âmbito econômico era interpretado como fruto do imperialismo europeu no continente, por outro, a melhora destes

índices passava pela crença no rompimento com a dependência econômica existente entre os países africanos e os ocidentais (LPA, 1980). De modo geral, as propostas indicadas pela LPA para alcançar a independência econômica, encontravam-se relacionadas a seguintes motivações destacadas por Bujra (2004, p.6)

1. Auto confiança como a base do desenvolvimento – no nível nacional, sub regional e regionais;
2. Equidade na distribuição de riqueza no nível nacional como objetivo fundamental do desenvolvimento;
3. Expansão do setor Público vista como essencial para desenvolvimento;
4. Como uma necessidade inevitável, capital de fora era para ser direcionado para aquelas áreas onde capital africano está faltante ou inadequado – como mineração, energia e projetos de larga escala;
5. Cooperação e integração econômica interafricana, sendo essencial, era para ser efetuada o mais rápido possível;
6. Mudança na ordem econômica internacional para favorecer África e o Terceiro Mundo sendo essencial, a África deveria lutar por uma Nova Ordem Econômica Internacional⁴ (BUJRA, 2004, p.6)

⁴ Tradução livre do original “Self reliance as the basis of development – at the national, sub regional and regional levels; 2. Equity in the distribution of wealth at the national level as a fundamental objective of development; 3. Expansion of the Public sector viewed as essential for development; 4. As an unavoidable necessity, outside capital was to be directed to those areas where African capital is lacking or inadequate – such as mining, energy and large scale projects; 5. Inter-African economic cooperation and integration, being essential, was to be effected as soon as possible; 6. Change in the international economic order to favour Africa and Third World countries being essential, Africa should continue to fight for a NIEO (New International Economic Order).” (BUJRA, 2004, p.6)

Nesse sentido, além de considerar a colonização africana e suas consequências como principais condicionantes do subdesenvolvimento da África, a partir da análise desenvolvida acima por Bujra (2004), é possível encontrarmos duas outras características do LPA. A primeira refere-se ao papel que os Estados deveriam exercer, seja pela dedicação em tornar o continente africano mais integrado, seja pela participação no desenvolvimento econômico (Ezeoha & Uche, 2005). Já a segunda, diz respeito à busca deste programa em fazer com que os países africanos se voltassem à criação de uma ordem econômica internacional favorável ao continente (LPA, 1980; Bujra, 2004).

Em linhas gerais, as soluções africanas indicadas anteriormente pela LPA caminhavam na contramão do que passava a ser preponderante no contexto econômico mundial, no caso, o avanço do modelo neoliberal, este que, dentre as suas diversas características, pauta-se na diminuição do papel estatal no desenvolvimento econômico. Reflexo desta divergência pode ser encontrado no chamado Relatório Berg – nome dado ao *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action*, este criado pelo Banco Mundial em 1981 - que representava um contraponto às soluções propostas pelo LPA.

De fato, enquanto o LPA destacava a atuação estatal como forma de garantir tanto a integração continental como também o desenvolvimento econômico, o Relatório Berg reco-

mendava a aceitação do neoliberalismo, através da diminuição do papel do Estado, por meio de privatizações, liberalização e valorização do setor privado (Ezeoha & Uche, 2005). Inclusive, o documento aconselhava a África não priorizar a integração continental, esta considerada pelo pan-africanismo como necessária a redução da dependência dos países africanos (Chanaiwa & Asante, 2010), mas que para o Relatório Berg, era interpretada como um obstáculo à adequação do continente as regras do mercado mundial (Ezeoha & Uche, 2005)⁵.

Em suma, ao acompanharmos a década de 1980 e os anos iniciais de 1990, é possível indicar que o LPA não obteve o sucesso esperado, visto que a África manteve-se com baixas taxas de crescimento econômico, com diminuta participação no mercado internacional e marcada

⁵ Discutindo acerca do neoliberalismo, Maldonado Filho (1998, p.23) expõe que, “segundo os economistas neoliberais, a modernização e o desenvolvimento econômico dos países [dependeriam] apenas da capacidade dos governos de reformarem as estruturas econômicas de seus países com vistas a adaptá-los ao mundo globalizado, ou seja, [era] imprescindível realizar as seguintes reformas econômicas: abrir a economia à concorrência internacional, propiciar ampla liberdade de movimento ao capital, desregular os mercados internos, em especial o mercado de trabalho, e realizar uma ampla privatização das empresas estatais. Em outras palavras, as reformas econômicas [deveriam] ser feitas de forma a permitir a maior liberdade possível ao capital em sua busca do lucro máximo. Se isso [fosse] feito, o resultado [seria] o de elevar o crescimento econômico, reduzir o desemprego, eliminar os desequilíbrios no comércio internacional, estabilizar os preços e o próprio sistema econômico – ou seja, criaremos as condições básicas para termos uma economia próspera e eficiente.”

pela pobreza excessiva (Funke & Nsouli, 2003). Somado a estes transtornos no âmbito econômico, este mesmo período foi marcado pela instabilidade política existente em alguns países, fruto de guerras civis e do colapso de alguns Estados (Bujra, 2004). Nesse sentido, a África encerrava a década de 1980 concentrando o maior número de países pobres existentes no mundo (Penha, 2011), e entrava na última década do século XX caracterizada pela marginalização na globalização econômica e por diversos transtornos internos a serem resolvidos, ambos que se tornavam desafios ao desenvolvimento.

O mundo Pós-guerra Fria e o *African Renaissance*: a busca pelo desenvolvimento por meio da responsabilidade mútua

O término da Guerra Fria constituiu uma fase de transformações tanto no âmbito político quanto no econômico mundial. De fato, se por um lado a democracia passava a ser o modelo que os países deveriam adotar, por outro lado, a vitória do capitalismo sobre o socialismo criava um cenário propício à disseminação do neoliberalismo e de seus condicionantes, tais como o fim de possíveis barreiras à globalização financeira, a diminuição da participação do Estado na economia, à intensificação nos processos de privatizações de empresas estatais, e a valorização do livre-mercado e do livre-comércio (Maldonado Filho, 1998).

Paralelo a este contexto, o continente africano também entrava em um ciclo de transformações internas. Discutindo acerca destas, Nyang'oro e Shaw (2000), indicam que no decorrer da década de 1990 diversos países entraram em uma fase de crescimento econômico, e em um processo de “financeirização” da economia, esta refletida através da criação de bolsas de valores⁶. Além destes fatores econômicos, o continente também passava a ser palco de transformações políticas, como o fim do apartheid na África do Sul, a diminuição, o isolamento ou o fim de ditaduras (Gilley, 2010), e o surgimento de eleições democráticas multipartidárias, (Nyang'oro & Shaw 2000). Portanto, diferentemente dos anos iniciais da década de 1990, quando o mundo passava por transformações e a África era vista como estática, imbuída nos desafios anteriormente indicados, e distante da globalização econômica, no final deste período o que se via era um continente entrando em uma fase de renascimento, mas comumente conhecido, como *African Renaissance*.

De acordo com a análise desenvolvida por Hlophe e Landsberg (1999), é possível des-

⁶ Discutindo acerca da financeirização da economia, Nyang'oro e Shaw (2010, pp.18-19) indicam que “[s]uch stock markets symbolise and facilitate the privatisation of the economy, as ex-parastatals can be floated and traded and building societies demutualised. Moreover, private mutual and pension funds, as well as mortgage and finance companies can invest their holdings more readily, while conglomerates can be more easily unbundled.”

tacarmos duas características do African Renaissance. A primeira diz respeito à relação entre este renascimento e o termo ganense “Sankofa”, que significa mover o continente africano em direção a um futuro próspero, prosperidade esta que seria alcançada através da valorização e do resgate ao passado africano anterior a invasão européia. Já a segunda refere-se à importância da interação entre a democracia e o desenvolvimento econômico, relação que criaria um cenário estável e favorável ao crescimento econômico, garantindo a África o acesso à globalização econômica.

Em linhas gerais, segundo o *The African Renaissance, South Africa and the World*, discurso realizado por Thabo Mbeki na United Nations University, em 1998, onde o African Renaissance é apresentado ao mundo, o regresso a um passado pré-colonial, objetivava construir um contrapeso à imagem amplamente divulgada da África como um continente incapaz de combater suas mazelas e passivo ao surgimento de governos ditatoriais⁷. Além deste objetivo, a valorização de um passado marcado pela riqueza artística, pela diversidade cultural e pelo surgimento de grandes obras arquitetônicas e de importantes civilizações, também se relaciona a reconstrução da dignidade africana, sentimento considerado importante para romper com os flagelos existentes no continente através da união entre todos os povos africanos.

Todavia, se por um lado é possível encontrarmos certa semelhança entre o pan-africanismo e o African Renaissance, visto que para ambos a importância da integração continental encontra-se relacionada à busca em romper com a pobreza excessiva, com o subdesenvolvimento e outros desafios africanos. Por outro, diferentemente deste movimento, o *The African Renaissance, South Africa and the World*, incentivava os países africanos a aceitarem o mundo globalizado e seus condicionantes, a relacionarem democracia com desenvolvimento econômico e a forjarem parcerias com os países industrializados. Em certa medida, o fortalecimento dos laços econômicos com os países industrializados representava a busca por parte do continente africano em garantir o aumento de investimentos advindo destes países. Assim, enquanto Estados Unidos, França, Inglaterra e, principalmente, China, vêem a África como um território possuidor de “cerca de 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e 10 a 15% do petróleo” (Saraiva 2008, 122), o African Renaissance compreende que tal procura pode ser revertida em benefícios ao continente.

De modo geral, o sucesso ou o fracasso na continuidade do African Renaissance encontra-se atrelado as transformações pelas quais os países africanos deveriam passar, e os investimentos por parte dos países industrializados. De acordo com Landsberg (2005), tais investimen-

⁷ No ano de 1999, Thabo Mbeki assumiria a presidência da África do Sul no lugar de Nelson Mandela.

tos, contudo, não são sinônimos de humanitarismo ou de alguma forma de relação paternalista entre os países africanos e os industrializados. Em verdade, o autor indica que estes investimentos são partes de uma relação que, diferentemente da interação conflituosa existente entre os países africanos e os industrializados durante a Guerra Fria, busca a parceria entre as partes, em que, além destes investimentos, os países industrializados perdoam as dívidas externas dos países africanos, garantem o acesso dos produtos africanos a seus mercados, e auxiliam, financeiramente, as operações de paz existentes no continente. Em contrapartida, os países africanos acatam a democracia e buscam garantir a paz e a estabilidade no continente.

Em certa medida, esta dinâmica marcada pela parceria, ou nas palavras de Landsberg (2005, p.740), pela “mutual accountability” ou “mutual responsibility”, também busca romper com as relações conflituosas existentes entre a África e o Ocidente no que se refere aos motivos pelos quais afastam o continente africano do desenvolvimento. De certo modo, enquanto um considerava o subdesenvolvimento como resultado direto da exploração e domínio exercido pelas grandes potências, o outro, indicava que o fracasso africano em tornar-se desenvolvido estaria condicionado a fatores internos, como a “corrupção, guerra civil, guerra, contrabando, que tratam de substâncias ilegais, violência comunitária

e imperativos políticos clientelistas”⁸ (CHABAL, 2002, p. 454).

Ao acompanharmos os anos finais da década de 1990 e os iniciais do século XXI, é possível compreender que alguns países africanos buscaram desenvolver projetos voltados ao desenvolvimento que refletiam esta outra forma de interação indicada anteriormente. Uma primeira iniciativa diz respeito ao Millennium Partnership for Africa’s Recovery Programme (MAP), este resultado da cooperação entre a África do Sul, a Nigéria e a Argélia, que, além de objetivar entender os motivos e encontrar soluções que liquidassem com a dívida externa dos países africanos, também trazia como característica a defesa dos ideais pregados pelo African Renaissance (De Waal, 2002).

Paralelo ao MAP, outro plano relacionado ao desenvolvimento africano era criado e defendido pelo então presidente do Senegal, Abdoulaye Wade. Intitulado de Omega Plan, tal iniciativa considerava necessário à priorização por parte dos países africanos em quatro setores prioritários, no caso, a agricultura, educação, saúde e infraestrutura (Ross, 2002). Conforme comparação encontrada no Compact for African Recovery de 2001, documento criado pela UN Economic Commission for Africa (UNECA),

⁸ Tradução livre do original “corruption, civil strife, war, smuggling, dealing in illegal substances, violence, communitarian and clientelistic political imperatives” (Chabal, 2002, p. 454).

tanto o MAP quanto o Omega Plan trazem em comum a compreensão de que o sucesso africano em alcançar o desenvolvimento sustentável, encontra-se atrelado a atuação dos países africanos em cumprirem com os objetivos traçados nestas iniciativas.

A semelhança existente entre tais iniciativas levou a junção de ambas no ano de 2001, criando, inicialmente a chamada New African Initiative (NAI), esta que, posteriormente, foi transformada em New Partnership for Africa's Development (NEPAD). Baseado em pontos relacionados à "Peace, Security, Democracy and Political Governance; Economic and Corporate Governance; Bridging the Infrastructure Gap; Human Resources Development; Agriculture; Environment; Culture; Science and Technology Platforms; Capital Flows, Market Access" entre outros que fazem parte deste programa (NEPAD, 2001, iii-iv), pode-se considerar que a NEPAD é a consubstanciação da dinâmica proposta pelo African Renaissance⁹.

Diferentemente da LPA, plano amplamente criticado pelo Ocidente uma vez que discordava das propostas neoliberais encontradas no Relatório Berg, a NEPAD, em contrapartida, foi

recebida com entusiasmo por parte das potências ocidentais (Bujra, 2004) visto que aceita a globalização, o neoliberalismo e todos seus condicionantes, e indica a democracia e a prevenção de conflitos como precondições para o desenvolvimento do continente africano (NEPAD, 2001; Chabal, 2002; Funke & Nsouli, 2003)¹⁰.

Portanto, ainda que a NEPAD faça ressalvas acerca das conseqüências do imperialismo no continente, sua proposta destoa da LPA, visto que enquanto esta iniciativa atrela o fim do subdesenvolvimento ao surgimento de uma ordem internacional favorável ao fim da dependência existente entre os países africanos e os industrializados, a NEPAD considera ser possível alcançar o desenvolvimento adequando-se aos condicionantes surgidos no Pós-guerra Fria, por meio da interação entre os interesses africanos e dos países industrializados.

Para acompanhar e monitorar a aceitação por parte dos países-africanos dos objetivos traçados pelo programa, a NEPAD vem utilizando o African Peer Review Mechanism (APRM). Segundo Déme (2005, p. 15), "A revisão por pares é quando as partes (governos, da sociedade

⁹ Como indicado no documento, "In proposing the partnership, Africa recognises that it holds the key to its own development. We affirm that the *New Partnership for Africa's Development* offers an historic opportunity for the developed countries of the world to enter into a genuine partnership with Africa, based on mutual interest, shared commitments and binding." (NEPAD, 2001, p.59)

¹⁰ "The new phase of globalisation coincided with the reshaping of international relations in the aftermath of the Cold War. This is associated with the emergence of new concepts of security and self-interest, which encompass the right to development and the eradication of poverty. Democracy and state legitimacy have been redefined to include accountable government, a culture of human rights and popular participation as central elements." (NEPAD, 2001, p.9)

ou outros) concordam em trocar suas experiências com base em um terreno intelectual e moral comum e identificar princípios consensuais e valores compartilhados”¹¹. No caso da NEPAD, pode-se indicar a existência de duas funções do APRM. A primeira refere-se à própria essência do Peer Review, isto é, de fazer com que exista o acompanhamento de uma parte pela outra buscando demonstrar os avanços, retrocessos e desafios que o país analisado vem encontrando. Logo, o APRM se destacaria servindo como meio de fazer com que os países trabalhassem juntos e compartilhassem experiências e soluções que levassem ao avanço da good governance (Déme, 2005).

Já a segunda função do APRM é demonstrar à Comunidade Internacional, principalmente aos países industrializados do Ocidente, a seriedade dos países-membros em assumirem os compromissos firmados na NEPAD (Masterson, 2004; Déme, 2005). Nesse sentido, se por um lado este mecanismo serve como um meio de intensificação da interação entre os países, uma vez que a revisão de pares, conseqüentemente, leva a maior aproximação. Por outro, sua adoção se torna importante pois indica que os países estão empenhados em realizar as mu-

danças necessárias e, assim, aptos a receber investimentos advindos dos países desenvolvidos.

Ao acompanharmos desde a sua criação em 2001 até os dias atuais, é possível constatar-mos duas realizações da NEPAD. A primeira refere-se ao incentivo em tornar os países africanos cada vez mais integrados. Reflexo disso pode ser encontrado no aumento dos investimentos externos diretos (IED) advindos da África do Sul direcionados ao continente africano. De fato, desde pequenos investimentos realizados por empresas como Checkers, Game an Makro, Protea Hotels, Debonairs, Nandos and Steers, Truworths and Weoolworths, Standard Bank/Stambic and Multichoice, a mega investimentos advindos da MTN, Vodacom, Transnet, Eskom, AngloGold Ashanti, Randgold Resources, Sasol e PetroSA, tornaram-se cada vez mais constantes no continente africano (Comnimos & Daniel & Lutchman, 2007).

Já a segunda realização da NEPAD refere-se à busca em elevar o fluxo de IED advindo dos países industrializados destinados ao continente. De modo geral, também é possível indicar o sucesso desta iniciativa, visto que tais investimentos passaram de US\$ 9 bilhões em 2000, para US\$ 18 bilhões no ano de 2004, chegando em 2008, à taxa de US\$ 88 bilhões. Reflexo deste aumento pode ser encontrado na entrada de IED advindo da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), que

¹¹ Tradução livre do original “Peer review is when parties (governments, society or others) agree to exchange their experiences on the basis of a common intellectual and moral ground and to identify consensual principles and shared values”. (DÉME, 2005, p. 15)

passou de US\$ 4 bilhões em 2002 para US\$ 32 bilhões em 2008.

Todavia, paralelo a tais realizações, é possível indicar o surgimento de dois desafios a NEPAD. O primeiro refere-se à entrada de IED advindo dos países industrializados, visto que, se por um lado houve o aumento do fluxo deste tipo de investimento no continente, por outro, é possível perceber o desequilíbrio na distribuição destes e sua concentração em determinados setores, notoriamente, aqueles relacionados a recursos energéticos e minerais. De fato, do total de IED direcionado para a África em 2008, quase 90% se concentrou nas regiões, Norte, Sul e na região da África Ocidental, enquanto a região central e Oriental do continente, ficaram, respectivamente, com 4 e 6 bilhões de dólares (OECD, 2010). Junto a este desafio, o outro diz respeito à dificuldade deste programa em elevar a participação africana no comércio mundial. Reflexo disso pode ser encontrado na fatia do mercado mundial conquistado com a exportação de manufaturas advindas da África, que entre os anos de 2000 a 2008, passou de 1% para 1,3% (UNCTAD, 2011).

Considerações Finais

A análise desenvolvida durante este artigo expôs as diferenças entre o LPA e a NEPAD no que se refere aos caminhos para o desenvolvimento africano. Como foi demonstrado, a primeira iniciativa atrelava o subdesenvolvimento

ao imperialismo, logo, a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional favorável ao continente africano tornava-se necessária. Já a segunda não ignora o impacto gerado pela colonização europeia no continente, entretanto, compreende a possibilidade em romper com o subdesenvolvimento por meio da parceria, na qual os países africanos aderem à globalização econômica e seus condicionantes, e, como resposta a tal aceitação, os países industrializados aceitam investir e garantir o acesso dos produtos advindos da África em seus mercados.

De modo geral, estas duas soluções africanas ao subdesenvolvimento, refletem respostas diferentes a momentos históricos específicos. De fato, enquanto a LPA é a consubstanciação do pan-africanismo e corresponde ao mundo pós-2ª Guerra Mundial, em que o continente africano voltava-se ao rompimento com qualquer forma de dominação herdada do imperialismo europeu, logo a busca pela independência não se restringia apenas ao âmbito político, mas também econômico. A NEPAD é fruto do African Renaissance, movimento que não se detém a tal objetivo. Nesse sentido, ainda que mantenham a mesma finalidade, ambos se diferem nos meios para acabar com o subdesenvolvimento e todas as suas mazelas, visto que a primeira iniciativa compreendia a viabilidade do desenvolvimento a partir da contestação do que se tornava vigente, no caso, o neoliberalismo; enquanto a segunda acre-

ditada na responsabilidade mútua como a melhor estratégia para tal fim.

Referências

BUJRA. Abdalla. Pan-African Political and Economic Visions of Development From the OAU to the AU: From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD). 2004. Disponível em: <<http://www.bujra.com/documents/Pan-African%20Political%20and%20Economic%20Visions%20of%20Development.pdf>> Acesso em: 22/04/2012

CHABAL. Patrick. The quest for good government and development in África: is NEPAD the answer?, 2002, Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/3095884>>. Acesso em: 22/03/2012

CHANAIWA. David. ASANTE.S.K.B. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In MAZRUI. Ali A. WONDJI. C.(org.) História Geral da África – VIII: África desde 1935, Brasília: UNESCO, 2010. pp. 873-896.

CHANAIWA. David. KODJO. Edem. Pan-africanismo e libertação In MAZRUI. Ali A. WONDJI. C.(org.) História Geral da África – VIII: África desde 1935, Brasília: UNESCO, 2010 pp. 897-924

CHINWEIZU. A África e os países capitalistas. In MAZRUI. Ali A. WONDJI. C.(org.) História Geral da África – VIII: África desde 1935, Brasília: UNESCO, 2010 pp. 927-963

COMNIMOS. Alex. DANIEL. John. LUTCHMAN. Jessica. South Africa in Africa: trends and forecasts in a changing African political economy. In LUTCHMAN. Jessica. DANIEL. John. SOUTHALL. Roger. BUHLUNGU. Sakhela (orgs.). STATE OF THE NATION: SOUTH AFRICA. HSRS Press. Cape Town. South Africa. 2007

De WAAL. Alex. What's new in the "New Partnership for Africa's Development?", 2002, Disponível em: <www.sarpn.org.za/NEPAD/dewaal/dewaal.pdf>. Acesso em: 23/11/2012

DEMÉ. Ousmane. Between Hope and Scepticism: Civil Society and the African Peer Review Mechanism. Ed. Partnership Africa Canada. 2005

DIALLO. Alfa Oumar. (2011) Renascimento Africano e Desenvolvimento. In Conjuntura Austral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20575>>. Acesso em: 08/07/2012

EZEOHA. Abel. UCHE. Chibuike. South Africa, NEPAD and the African Renaissance. 2005. Disponível em: <www.ascleiden.nl/Pdf/workingpaper64.pdf>. Acesso em: 05/01/2013

FUNKE. Norbert, NSOULI. Salah M. (2003) The NEPAD: Opportunities and Challenges. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp0369.pdf>>. Acesso em: 05/01/2013

GILLEY. Bruce. (2010) The End of the African Renaissance, Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/0163660X.2010.516612>>. Acesso em: 05/01/2013

HLOPHE. Dumisani, LANDSBERG. Chris. (1999) The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy, Disponível em: <www.cerisciencespo.com/archive/octo99/artcl.pdf>. Acesso em: 05/07/2013

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos (1914-1991) – o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY. P. Ascensão e Queda das Grandes Potências. Ed. Campus, 1989.

LAGOS PLAN OF ACTION FOR THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF AFRICA 1980-2000. Disponível em:

<http://www.nepadst.org/doclibrary/pdfs/lagos_plan.pdf>. Acesso em: 22/06/2013

LANDSBERG. Chris. 2005. Toward a Developmental Foreign Policy? Challenges for South Africa's Diplomacy in the Second Decade of Liberation. In. Social Research. Vol. 72. Nº 3, 2005

MALDONADO FILHO. Eduardo, Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado? In

CARRION, Raul K.M. e VISENTINI, Paulo G. Fagundes (orgs). Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo? 2ªed, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998

MASTERSON, Grant Edward Thomas. Governance Quality and Government Commitment to the NEPAD African Peer Review Mechanism. Ed. EISA. Johannesburg, South Africa. 2004

MBEKI, Thabo. Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University THE AFRICAN RENAISSANCE, SOUTH AFRICA AND THE WORLD, United Nations University. 1998. Disponível em: <<http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbek0409.htm>>. Acesso em: 14/05/2013

NEPAD. (2001). The New Partnership for Africa's Development. Disponível em: <http://www.nepad.org/system/files/framework_0.pdf>, Acesso em: 16/09/2012

NYANG'ORO, Julius E. SHAW, Timothy M. African Renaissance in the New Millennium? From Anarchy to Emerging Markets?. In African Journal of Political Science. Vol. 5. No. 1, pp. 14-28. 2000

OECD. (2010). FDI in Africa. Policy brief no.4 - October 2010. Disponível em: <http://www.un.org/africa/osaa/reports/2010_FDIbrief.pdf>. Acesso em: 15/09/2012

PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África. Editora: EDUFBA, Salvador, 2011.

ROSS, Herbert. Implementing NEPAD: A Critical Assessment, 2002, Disponível em: <www.nsi-ins.ca/english/pdf/herbert.pdf>. Acesso em: 18/03/2013

SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia. São Paulo: Ed. Best Seller, 1999

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?. In. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.51. Nº. 1, pp.87-104. 2008

UNECA. COMPACT FOR AFRICAN RECOVERY. 2001. Disponível em: <

http://213.55.79.31/2002/compact_for_african_recovery.htm>. Acesso em: 13/07/2013

UNCTAD. (2011). Economic Development in Africa: Fostering Industrial Development in Africa in the New Global Environment. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/aldcafrica2011_en.pdf>. Acesso em: 15/09/2012

ⁱ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Marília) e Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: anselmo_otavio@yahoo.com.br